

MARIOLOGIA

Pe. Marciano Guerra
Ago./set. de 2018 / Caxias do Sul

Em 2017 a Igreja do Brasil celebrou os 300 anos do encontro da imagem de Nossa Senhora Imaculada Conceição nas águas do rio Paraíba do Sul, interior de São Paulo. São “300 anos de bênçãos” para os fiéis católicos e toda a nação brasileira. A Mãe Aparecida, declarada rainha e padroeira do país, motivou a Igreja a declarar um Ano Nacional Mariano, que motivou novos estudos, seminários, publicações e uma infinidade de celebrações em todo país.

Orações, imagens, invocações, afirmações de ordem popular. Romarias, caminhadas, terços, novenas. Muito do que se realiza em nossas comunidades cristãs possui referência a Maria. E não apenas porque se viveu um Ano Mariano. Esta disciplina vai estudá-la. Como é próprio da teologia, tomar essa figura importante de nossas práticas e horizontes, com o olhar da fé e da reflexão, acolhendo a Escritura e a Tradição. Refletiremos criticamente com a realidade da fé hoje e sempre relacionando com o seu Filho Jesus, desejando fazer “tudo o que Ele nos disser” (cf. Jo 2,5).

Uma ideia que precisamos ter ao iniciar esse caminho é o seguinte: devemos evitar tanto uma compreensão maximalista, quanto uma compreensão minimalista da Virgem Maria. Ou seja, andar evitando tanto uma posição que exalta Maria mais que Cristo, mas também evitando uma posição que praticamente a exclua do projeto de salvação do Pai. Tentaremos uma abordagem equilibrada. Recordando uma bela e precisa frase do Papa Bento XVI: “A Mariologia nunca é só Mariologia”. Iniciemos.

MARIA NO ANTIGO TESTAMENTO

Maria não aparece no Antigo Testamento (AT). Isso pela obviedade de que ela viveu num tempo concreto da história, em que os textos do AT já haviam sido escritos. Mas os cristãos das primeiras comunidades buscaram interpretar a AT com a experiência que obtiveram em Jesus de Nazaré. Para Ele use-se, por exemplo, títulos como servo sofredor ou Filho de Davi. Esses e tantas outras compreensões vem do AT com significados que são novos e se aprofundam.

No caso de Maria, segue a mesma lógica, também se buscou reinterpretar alguns textos do AT com o olhar da vida de Maria. Essa interpretação chamamos de “preparação” e se dá em três aspectos:

- *Preparação moral*: como a humanidade estava corrompida pelo pecado, Deus escolhe uma linhagem de fé e santidade para que o seu filho possa nascer da raça humana.

- *Preparação simbólica*: muitas são as mulheres do AT com função renovadora, libertadora. Elas são figura de Maria. O símbolo da "Filha de Sião" (Sof 3, 14-17), o lugar da residência de Javé, é um exemplo. Ou a nova Arca da Aliança (dentro da Arca era depositada a LEI), por receber aquele que realiza a nova aliança.

- *Preparação profética*: Por exemplo, aquela de Miquéias 5,1-4 em que de Belém se espera aquele que vai reunir sobre Israel.

O Concílio Vaticano II acolhe três textos do AT que considera "certamente mariológicos" (cf. *Lumen Gentium*, n. 55):

- Gn 3,15: "Então Javé Deus disse à serpente: Porque fizeste isso és maldita entre todos os animais domésticos e todas as feras selvagens. Caminharás sobre teu ventre e comerás poeira todos os dias de tua vida. Porei hostilidade entre ti e a mulher, entre tua linhagem e a dela. Ela te esmagará a cabeça e tu lhe ferirás o calcanhar".

- Is 7,14: "Pois sabeis que o Senhor mesmo vos dará um sinal: Eis que a jovem concebeu e dará a luz um filho e por-lhe-á o nome de Emanuel".

- Mq 5,2-3: "(...) Até o ponto que a parturiente dará a luz..."

MARIA NA NOVA ALIANÇA

Maria é uma mulher Israelita, domiciliada em Nazaré e casada com um homem chamado José (Mc 6,14; Lc 4,16-22). Não sabia ler nem escrever, como a mulher daquele tempo. Se mostra cumprindo as leis imperiais (Lc 2,1-5): o recenseamento no tempo de Quirino, quando ela vai à Belém com José. Como boa israelita, ela se desposa (Lc 1,27; Mt 1,18) sendo prometida para José, cuida da circuncisão o filho no oitavo dia (Lc 2,21), o apresenta no templo com a oferta dos pobres (Lc 2,22-24) (as pombinhas são ofertas daqueles que não podem comprar animais maiores para sacrificar), peregrina a Jerusalém com sua família

por ocasião das festas da Páscoa (Lc 2,41). No episódio da perda de Jesus no Templo, Maria conservava todas aquelas coisas e meditava em seu coração (Lc 2,50-52). O Evangelho de João deixou o testemunho de que Maria, a mãe de Jesus, acompanhou seu filho em sua agonia e morte ao pé da cruz (Jo 19,25).

Após a Ressurreição do Senhor, dada a relação de maternidade entre Maria e Jesus, a mãe de Jesus de Nazaré aparece também como a mãe do Cristo Ressuscitado, ficando incorporada num universo novo de fé, de realidade e de significações, o que permite uma nova compreensão da pessoa, da maternidade e da história de Maria. Três passagens merecem atenção nesse contexto:

- Na *Anunciação* (Lc 1,26-38) Maria se apresenta como a mulher crente que aceita ser mãe de Cristo, inclusive pelos surpreendentes caminhos (“como se dará isso”). É a mulher eleita por Deus para uma missão especialíssima, como a dos antigos profetas. Uma missão que consciente, livre e fielmente aceita.

- No *Magnificat* (Lc 1,46-56) se descobre toda a interioridade de Maria. Sua maternidade messiânica se traduz em uma consciência de ser especialmente salva e liberta por Deus em sua humilhação, constituindo-se na primeira evangelizadora – não só no sentido cronológico, mas também marcadamente qualitativo – da libertação de Deus, por Cristo, dos humildes e dos famintos.

- Na *cena da cruz* (Jo 19,25-27) sua maternidade pessoal de Cristo se introduz na nova casa fundada por seu filho: a Igreja, ficando depositada nela a maternidade da nova família, significada para João, que começa a descobri-la como a sua mãe: Mãe de Jesus e Mãe dos fiéis.

OS DOGMAS MARIANOS

"Os dogmas são como placas que indicam o caminho de nossa fé. Foram criados para ajudar a gente a se manter no rumo do Santuário vivo, que é Jesus" (CNBB. *Com Maria, Rumo ao Novo Milênio*. pág. 81). Constituem verdades que os cristãos aceitam, aprofundam e vivenciam na comunidade de fé. Os dogmas marianos iluminam a vida espiritual dos cristãos.

Aos primeiros tempos da Igreja pertencem os dogmas da Maternidade e Virgindade Perpétua. Esses dois dogmas estão intimamente interligados um ao outro, indissolúvelmente ligado com a fé em Cristo e a sua formulação histórico-dogmática. Mais recentemente foram definidos o dogma da Imaculada Conceição (1/12/1854) e o da Assunção de Maria (1/11/1950). Sendo dogmas, são “verdades de fé”.

Theotokos - Mãe de Deus

Alguns séculos após a morte de Jesus, surgem diferentes as “heresias” (que são escolhas parciais e redutoras da verdade) sobre a identidade de Jesus Cristo. Ora tentava-se acentuar a dimensão humana do Nazareno até dissipar sua divindade. Ora, divinizava-se o Cristo até dizer que sua carne era aparente, não real. A fé afirmada claramente em Nicéia (no ano 325) foi a consubstancialidade de Jesus com o Pai, o seu ser igual ao de Deus no plano da essência. Surge daí a questão: podia, por isso, a mãe de Jesus ser chamada de *theotokos*, genitora de Deus?

Nestório, Patriarca de Constantinopla do século V, da escola teológica de Antioquia, defende que Jesus é um sujeito humano completo, unido só moralmente à pessoa divina do Filho: o Verbo seria hospedado no homem Jesus como num templo. Essa Cristologia de separação consequentemente não aceita *Theotokos*, apenas *Christotokos* (mãe de Cristo) ou *antropotokos* (mãe do homem).

A reação veio através da Escola de Alexandria com a Cristologia da União. É capaz de compreender a unidade do mistério e de perceber na humanidade de Jesus a presença real do Verbo. Seu maior defensor foi Cirilo de Alexandria.

A definição foi tomada no CONCÍLIO DE ÉFESO em 431, onde triunfou a Cristologia de Cirilo de Alexandria e a condenação de Nestório. Reconhece-se que Maria é mãe de Jesus, ora, Jesus é Deus, portanto Maria é genitora de Deus em Jesus. A precisão teológica do texto que define Maria Mãe de Deus exclui a possibilidade de dependência ou subordinação do divino ao humano. Mãe de Deus não significa que Maria é a genitora da divindade, e sim que é a mãe do Verbo encarnado.

O documento doutrinal mais importante aceito pelo Concílio de Éfeso, a *Segunda Carta de Cirilo a Nestório*, declara explicitamente: “Assim (os santos Padres) não duvidaram em chamar genitora de Deus a santa virgem (*theotókon... tèn agían parthénon*), não no sentido de que a natureza do Verbo e a sua divindade tenham tomado da santa Virgem o princípio do ser, mas no sentido de que o Verbo se diz nascido segundo a carne, tendo tirado dela o santo corpo aperfeiçoado pela alma racional, ao qual era unido segundo a hipóstase”.

Maria deu à luz, segundo a carne, ao divino Verbo encarnado. Ela, entretanto, não gerou sua natureza divina, mas sua natureza humana (DH 251 e 252).

A intenção do Concílio de Éfeso era a de afirmar a unidade da pessoa de Cristo. Reconhecer Maria como Mãe de Deus significa professar que Cristo, Filho da Virgem Santíssima segundo a geração humana, é Filho de Deus. O princípio básico que explica o início da reflexão teológica sobre Maria na Igreja é a sua *maternidade* divina.

Lembremos que Deus é Trindade, quer dizer, um só e único Deus, mas na comunhão de três “pessoas divinas”: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Maria, então, não é mãe de Deus Pai nem mãe de Deus Espírito Santo. Ela é mãe de Deus Filho, que se encarnou, isto é, “se fez carne”, uma pessoa humana: Jesus Cristo.

Aeiparthénos - Virgindade perpétua

"Estando Isabel no sexto mês, foi enviado por Deus o anjo Gabriel a uma cidade da Galiléia, chamada Nazareth, a uma virgem desposada com um varão, chamado José, da casa de Davi. E o nome da Virgem era Maria" (*Lc* 1,26-27). O Profeta Isaías, séculos antes, anunciou que "Pois por isso, o mesmo Senhor vos dará este sinal: uma **jovem** conceberá e dará à luz a um filho, e o seu nome será Emanuel" (*Is* 7, 14).

Conferindo as Sagradas Escrituras e os escritos dos Santos Padres, o Concílio de Latrão preconizou como verdade a Virgindade Perpétua de Maria no ano 649. Durante o Concílio, o Papa Matinho I assim afirmou: "Se alguém não confessa de acordo com os santos Padres, propriamente e segundo a verdade, como Mãe de Deus, a santa, sempre virgem e imaculada Maria, por haver concebido, nos últimos tempos, do Espírito Santo e sem concurso viril gerado incorruptivelmente o mesmo Verbo de Deus, especial e verdadeiramente, permanecendo (*sic!*) indestruída, ainda depois do parto, sua virgindade, seja condenado".

Nossa Senhora foi sempre Virgem, isto é, antes do parto, no parto e depois do parto. Os diversos credos e concílios antigos retomaram e afirmaram essa verdade. Santo Inácio de Alexandria, São Justino, Santo Irineu, Santo Epifânio, Santo Efrém, Santo Ambrósio, São Jerônimo e Santo Agostinho foram os exímios defensores da Virgindade de Maria. É, portanto, parte integrante da fé cristã desde o princípio.

O magistério da Igreja, por sua vez, sempre ensinou a concepção virginal de Maria. Assim o *Credo Apostólico* diz: "Jesus Cristo [...] que foi concebido pelo poder do Espírito Santo, nasceu de Maria Virgem". O *Símbolo niceno-constantinopolitano* reza: "Encamou-se de Maria Virgem 'por obra do Espírito Santo'".

Em 649, o Concílio regional do Latrão declarou: "Maria, a Santa Mãe de Deus e Imaculada Virgem,... concebeu do Espírito Santo sem semente viril o próprio Deus Verbo; deu-o à luz sem perder a sua integridade, e também depois do parto conservou inalterada a sua virgindade" (*DS* n° 503).

Em 1555, o Papa Paulo IV, tendo em vista certos erros de sua época, reafirmou: "Maria persistiu sempre na integridade da virgindade antes do parto, no parto e perpetuamente depois do parto" (*DS*. n° 1880).

Assim foi explicitada a fórmula antiga: Maria é *aeiparthénos*, sempre virgem (antes do parto, no parto e após o parto)

Imaculada Conceição

Em Maria, começa o processo de renovação e purificação de todo o povo, pois Ela, imaculada, é modelo para a salvação que teremos. Assim, Ela é toda de Deus, protótipo do que somos chamados a ser. Cristo nasceu de uma mulher, para provar que era homem. Nasceu de uma Virgem, para ficar claro que Ele era Deus.

A afirmação da Imaculada Conceição de Maria pertence à fé cristã. É um dogma da Igreja que foi definido no século XIX, após longa história de reflexão e de amadurecimento. Imaculada Conceição de Maria significa que ela foi preservada do pecado original desde o primeiro instante de sua existência. Nascendo, há dois mil anos atrás, na Palestina, pequeno país do Oriente Médio, Nossa Senhora teve como pais São Joaquim e Santa Ana. Ela foi concebida sem a mancha do pecado original.

Ainda que de maneira implícita, a Igreja encontrou na Bíblia os fundamentos desta doutrina. Em seu Evangelho, São Lucas diz que Maria é "cheia de graça" (*Lc* 1,28), significando que ela está plena do favor de Deus, da graça divina. Se está totalmente possuída por Deus, não há, em sua vida e coração, lugar para o pecado. Em *Lc* 1,31 encontramos a expressão "conceberás em teu seio". Maria tornou-se, em grau vivo e pleno, o que eram a tenda do Senhor no deserto e o Santo dos Santos no templo de Jerusalém. Maria veio a ser também, em termos excelentes, aquilo que era a cidade de Jerusalém, o monte Sião do Santo de Israel (cf. *Ez* 37,23.27).

O mais importante do que qualquer santuário inerte é o santuário vivo de Maria. Em consequência, Maria devia ser totalmente pura, isenta de qualquer mancha do pecado. Em *Gn* 3,15, lemos: "Porei ódio entre ti e a mulher, entre a tua descendência e a dela. Esta te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar".

Chamamos esse dogma de *privilégio Mariano*. A maternidade divina de Maria é base e origem de sua imaculada conceição. A razão de Maria ser preservada do pecado original reside em sua vocação: ser Mãe de Jesus Cristo, o Filho de Deus que assumiu nossa natureza humana para nos salvar. Este privilégio constitui um serviço à salvação do gênero humano.

No século XIX, o Papa Pio IX interrogou os bispos do mundo, evidenciando que a necessidade de se declarar o privilégio da Imaculada Conceição de Maria exprimiria o sentimento comum de toda a Igreja. Todavia, a consulta ressaltava que é necessário relacionar tal privilégio com a redenção de Jesus Cristo.

Aos 8 de dezembro de 1854, Pio IX na Bula "*Ineffabilis Deus*" fez a definição oficial do dogma da Imaculada Conceição de Maria. Assim o Papa se expressou: "Em honra da santa e indivisa Trindade, para decoro e ornamento da Virgem Mãe de Deus, para exaltação da fé católica, e para incremento da religião cristã, com a autoridade de Nosso Senhor Jesus Cristo, dos bem-aventurados Apóstolos Pedro e Paulo, e com a nossa, declaramos, pronunciamos e definimos a doutrina que sustenta que a beatíssima Virgem Maria, no primeiro instante de sua conceição, por singular graça e privilégio de Deus onipotente, em vista dos méritos de Jesus Cristo, Salvador do gênero humano, foi preservada imune de toda mancha de pecado original, essa doutrina foi revelada por Deus e, portanto, deve ser sólida e constantemente crida por todos os fiéis".

Assunta ao céu

No Oriente, desde o final do século V, começam a circular apócrifos sobre "o trânsito" de Maria, nascidos fora da Palestina. Eram lendas destinadas a suprir a tradição. No séc. VI, a festa litúrgica muda a denominação de "em memória de Maria" para "festa do óbito da mãe de Deus". A fé na assunção começa com a aceitação por Roma, sob o papa Sérgio I (687-701), da festa da *Dormitio*. No séc. VIII, essa passa para a denominação de *Assumptio*, com o que expressa a assunção corporal.

Em meados do século XX, as respostas dos bispos ao Papa Pio XII deram a prova de que a piedosa suposição se tornara uma convicção de fé. Com a encíclica *Deiparae Virginis*, o papa envia, no dia 01 de maio de 1946, 5.000 questionários com a pergunta aos bispos se na sua diocese era ou não de fé do povo a assunção corporal de Maria e se o dogma poderia ser definido. Diante das respostas positivas unânimes: A Assunção de Maria foi o último dogma a ser proclamado por obra do Papa Pio XII, a 1º de novembro de 1950.

Na Constituição Apostólica "*Munificentissimus Deus*", o Pontífice afirmou que, depois de terminar o curso terreno de sua vida, ela foi assunta de corpo e alma à glória celeste. Mais de 200 teólogos, em todas as partes da Igreja, demonstraram interesse e entusiasmo pela definição dogmática.

Imaculada e assunta aos céus, Maria é a realização perfeita do projeto de Deus sobre a humanidade. "A Assunção manifesta o destino do corpo santificado pela graça, a criação material participando do corpo ressuscitado de Cristo e a integridade humana, corpo e alma, reinando após a peregrinação da história" (CNBB. *Catequese Renovada*, nº 235).

Maria é imagem e início da Igreja do futuro, aquela que será feita no Reino dos Céus nos finais dos tempos (cf. Apocalipse 21-22). Com Maria, uma mulher participa da Glória do Deus vivo. A dignidade da mulher é reconhecida pelo criador. Por tudo isto é que devemos entender que o nosso corpo, templo do Espírito Santo, é para a santidade, não para o pecado, pois iremos todos ao Pai, assuntos como Maria, na plenitude do fim dos tempos.

O Corpo de Maria, não pecou. Só veiculou graça, paz e amor. Seu corpo era Imaculado, por isso a sua matéria já participa da plenitude do Reino. Nosso corpo é também meio de perdição e desamor. Em consequência disto sua materialidade permanece na morte já que foi fator de morte. Na ressurreição, conservando a nossa identidade corporal. A assunção de Maria significa que ela entrou no definitivo encontro com seu filho que a precedeu na glória. Maria Assunta ao Céu concretiza nosso próprio destino na Glória, ela é a *primícia* da Igreja que vai atingir a perfeição no mundo futuro.

MARIA NA PIEDADE POPULAR

Venerar quer dizer "honrar com reverência interior. E com gestos externos qualquer pessoa digna de respeito, estima e amor". Desde as primeiras comunidades cristãs e através dos séculos, a Mãe de Jesus recebe dos fiéis a mais alta veneração. A eminência do culto a Maria foi expressa pelo Concílio de Nicéia II em 787 mediante o termo *hyperdoulia*, ao passo que os demais santos são cultuados em *doulia* (veneração). A proposição *hyper* indica o sentido superlativo. *Doulia* se distingue de *latria*, adoração, reconhecimento da suprema soberania, atitude que é devida a Deus só.

As estátuas

No Antigo Testamento, o livro do Êxodo (20,4) proíbe aos israelitas a confecção de imagens porque poderiam dar oportunidade para que o povo de Israel as adorasse, como faziam os povos vizinhos. Os israelitas tendiam a imitar os gestos religiosos dos povos pagãos. Verifica-se, porém, que a proibição não era algo absoluto. Em certos casos, o Senhor mesmo mandou confeccionar imagens para sustentar a piedade de Israel: serpentes e anjos (*Ex* 25,17-22; *IRs* 6,23-28; *IRs* 6 29s; *Nm* 21,4-9; *IRs* 7,23-26; *IRs* 7,28s). Os próprios judeus compreenderam que a proibição de fazer imagens era condicionada por circunstâncias transitórias, de modo que aos poucos foram introduzindo o uso de imagens nas suas sinagogas.

A Igreja Católica jamais ensinou que a imagem seja Deus, Maria ou os santos, e que tais objetos de culto tenham poder, esboquem reação, etc. As imagens para nós são o que sempre foram e o que realmente são: figuras representativas, referenciais, lembrando a pessoa. Então podemos afirmar que esta prática não é idolatria.

As aparições de Nossa Senhora

Diante da singularidade da revelação ocorrida em Jesus, é preciso confrontar como a fé cristã compreende as devoções em aparições marianas. A objetividade das aparições está no fato de gerarem a experiência da fé no coração das pessoas. Diante do relato de uma aparição o núcleo não está nos aspectos extraordinários que podem ocorrer, mas no significado da mensagem que a revelação particular enuncia.

O vocábulo *vidente* era usado no tempo bíblico também para designar os "*nablin*", ou seja, os profetas. É possível compreender as aparições a partir do gênero profético. Elas proclamam uma mensagem que convida à oração e à penitência. Trata-se de um apelo do céu para a conversão ao Evangelho de Cristo.

Jesus Cristo, plenitude da Revelação, é o único mediador. As muitas mediações adquirem sentido a partir dele e nele. Revelações e aparições particulares nada acrescentam à revelação pessoal e insuperável do Pai, em Cristo, pelo poder do Espírito. Para que uma aparição seja reconhecida pela Igreja, a vida, a saúde psicofísica e as virtudes do vidente são determinantes. A Virgem pode aparecer tanto a santos quanto a pecadores. Um pecador, entretanto, há de manifestar sua conversão após a revelação. Deve mudar seu proceder, pois a aparição há de transformar seu ser. "Uma conduta anti-evangélica desacredita a aparição".

Por que a Mãe de Deus optou por quem aparenta ser fraco aos olhos humanos? Podemos encontrar uma resposta no pensamento do Pe. René Laurentin, famoso pesquisador da aparição de Lourdes, na França. Referindo-se à eleição da pobre Bernardete Soubirous, o mariólogo afirma: "Se a Virgem escolheu Bernardete, creio que seja pela sua capacidade de transmitir uma mensagem sem modificá-la.

Importante é a finalidade da aparição: o que vem realmente de Deus orienta-se para o aprofundamento da vida e da fé, na vivência do Evangelho, na busca incessante de íntima comunhão com Deus. É por isso que a aparição deve conduzir ao recolhimento, a uma vivência mais autêntica do cristianismo.

Consideram-se as aparições ou revelações particulares o que geralmente são experiências de ordem psíquica. Nelas se reconhecem fenômenos extraordinários que não se podem pressupor, mas que são relatados pelos videntes. Na perspectiva das ciências, as aparições ensinam a reconhecer "que existe um imenso território a elas inacessível, aberto a outras formas de conhecimento que ultrapassam os limites do que é cientificamente controlável.

As aparições podem ser consideradas no quadro das percepções que o ser humano tem acesso além dos sentidos normais. Há percepções extraordinárias e extrassensoriais. A realidade vai além do que é percebido pelos sentidos.

Os estudiosos das aparições, geralmente, apoiam suas teses em quatro pontos fundamentais para verificar sua autenticidade: primeiro deve-se analisar o fato em si mesmo; deter-se no impacto sobre o lugar do ocorrido; no crédito dado à aparição por diferentes tipos de pessoas; e nas consequências extraordinárias que seguem ao fato e que se tornam provas irrefutáveis.

Na prática, a autoridade da Igreja não garante a verdade do fato das aparições, apenas não impede que se acredite nelas. Não se exige do fiel uma adesão de fé divina ou católica, é apenas um ato de fé humana. A aprovação da Igreja não é afirmação infalível, mas permissiva. É mais uma permissão do que uma aprovação.

O que pensar sobre a fé nas aparições? Seria melhor não considerá-las? Não! Elas têm sua razão de ser, seu lugar certo. Elas não são dadas para propor doutrinas ou revelar verdades novas, mas pretendem guiar a conduta dos cristãos para viverem na fidelidade ao projeto de Jesus Cristo.

Referências e sugestões de Leitura

- ALVARÉZ, Carlos G. *Maria: discípula de Jesus e mensageira do evangelho*. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2005.
- BÍBLIA. Português. *A Bíblia de Jerusalém*. Nova edição, revista. São Paulo: Paulus, 1996
- BRUSTOLIN, Leomar A.. *Maria, símbolo do cuidado de Deus: aparição de Nossa Senhora de Caravaggio*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- BRUSTOLIN, Leomar A.. *A Mãe que Jesus nos deu: ensaio de mariologia*. Polígrafo de aula. PUCRS, 2009.
- BOFF, Clodovis M.. *Mariologia Social: o significado da virgem para a sociedade*. São Paulo: Paulo, 2006.
- CONCÍLIO VATICANO II. *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011. (Constituição Dogmática *Lumen gentium*, capítulo 8)
- DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Paulinas, Loyola, 2007.
- IGREJA CATÓLICA. *Catecismo da Igreja Católica*. São Paulo: Loyola, 2000. (sobre Maria: 484 a 511 e 963 a 975).
- JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Redemptoris Mater*, de 25 de Março de 1987.
- JOÃO PAULO II. Carta Apostólica *Rosarium Virginis Mariae*, 16 de Outubro de 2002.
- MURAD, Afonso. *Maria Toda de Deus e tão humana: compêndio de Mariologia*. São Paulo: Paulinas/Santuário, 2012.